**ARTIGO DE OPNIÃO N° 16/2026.**

## Por que o Tocantins precisa de uma política industrial estruturada.

O Tocantins é o estado mais jovem da federação brasileira, e talvez seja justamente essa juventude que nos permita enxergar com clareza uma verdade que os ciclos econômicos do país insistem em confirmar: nenhuma região se desenvolve de forma plena e duradoura sem uma base industrial robusta. A agricultura nos deu projeção nacional. A pecuária consolidou nossa vocação produtiva. A logística, impulsionada pela Ferrovia Norte-Sul e pela nossa posição geográfica privilegiada, abriu corredores para o mundo. E a indústria tocantinense, construída com esforço e visão ao longo de mais de três décadas, já ocupa papel decisivo nesse conjunto. Chegou o momento de oferecer a ela a escala e a estrutura necessárias para que transforme, em proporção ainda maior, a riqueza que produzimos em valor agregado, em emprego qualificado e em renda que permanece no território.

Em janeiro de 2024, o governo federal lançou a Nova Indústria Brasil (NIB), instituída pelo Decreto nº 11.890/2024, a mais ambiciosa política de neoindustrialização das últimas décadas. Organizada em seis missões, que vão das cadeias agroindustriais sustentáveis à transição energética, passando pela infraestrutura, pela saúde e pela transformação digital, a NIB mobiliza centenas de bilhões de reais em financiamento e recoloca a indústria no centro do projeto de desenvolvimento nacional, com horizonte até 2033. A pergunta que devemos fazer, no Tocantins, é simples e urgente: estamos preparados para captar essa oportunidade?

A verdade é que ainda nos falta um instrumento decisivo para isso: uma política industrial estadual estruturada, consolidada e de longo prazo. Um programa de Estado, e não de gestão. Dispomos de mecanismos de incentivos fiscais relevantes, como o PROINDÚSTRIA, que cumpriram e seguem cumprindo papel histórico na atração de investimentos e na geração de empregos. Incentivo fiscal, porém, não é o mesmo que política industrial. E há uma razão de urgência adicional: a reforma tributária extinguirá gradualmente o ICMS entre 2029 e 2033, esvaziando de forma progressiva o principal instrumento de fomento que o estado utiliza há mais de duas décadas. Diante dessa transformação, precisamos construir desde já uma estratégia mais ampla, sob pena de vermos boas oportunidades migrarem para estados mais bem preparados.

A Constituição Federal, em seu artigo 174, define o Estado como agente normativo e regulador da atividade econômica, atribuindo-lhe as funções de fiscalização, incentivo e planejamento. O planejamento, diz a Carta, é determinante para o setor público e

indicativo para o setor privado. Não se trata, portanto, de uma escolha ideológica, mas de um mandato constitucional: planejar o desenvolvimento é dever do Estado. E planejar significa definir prioridades, articular instrumentos e construir, com o setor produtivo, um caminho de longo prazo.

Uma política industrial tocantinense aderente à NIB precisa ter foco. Não podemos pretender fazer tudo ao mesmo tempo. Devemos concentrar esforços nos segmentos em que temos vocação, escala e vantagem competitiva. Quatro deles merecem destaque imediato.

**O primeiro é a indústria de alimentos e a agroindústria.** Somos um celeiro nacional, mas ainda exportamos grãos e importamos alimentos processados. Agregar valor à nossa produção, transformando soja, milho e proteína animal em produtos industrializados, é a fronteira mais evidente e a mais alinhada à primeira missão da NIB, voltada às cadeias agroindustriais sustentáveis e à segurança alimentar.

**O segundo é a mineração e o beneficiamento mineral.** O Tocantins possui reservas relevantes, e a transição energética global multiplica a demanda por minerais estratégicos. Beneficiar dentro do estado aquilo que hoje sai como minério bruto é uma oportunidade que dialoga diretamente com a missão de bioeconomia, descarbonização e transição energética da política nacional.

**O terceiro é a construção civil e a cadeia de materiais.** O déficit habitacional e as demandas de infraestrutura urbana, contemplados na missão de moradia, saneamento e mobilidade sustentáveis, abrem espaço para fortalecer a cerâmica vermelha, a indústria de materiais de construção e toda a cadeia que sustenta o crescimento das nossas cidades.

**O quarto é a agroindústria de base tecnológica,** que conecta o agronegócio à inovação, à bioeconomia e à transformação digital. Aqui o Tocantins pode deixar de ser apenas fornecedor de matéria-prima e tornar-se protagonista de cadeias de valor sustentáveis, com tecnologia nacional embarcada e produtos de maior densidade econômica.

Esses quatro recortes não esgotam as possibilidades, mas oferecem um ponto de partida realista. A política industrial que defendemos não é um catálogo de boas intenções, e sim um plano com objetivos claros, instrumentos definidos, metas mensuráveis e governança capaz de articular o governo estadual, as prefeituras, a

Assembleia Legislativa, as instituições de fomento e o setor produtivo. Um plano que reconheça as diferenças regionais do nosso território, das regiões do Bico do Papagaio ao sudeste do estado, e que distribua oportunidades de forma equilibrada, cumprindo a vocação de interiorização do desenvolvimento.

A Federação das Indústrias do Estado do Tocantins, no cumprimento de sua missão estatutária de defender e representar a indústria tocantinense, coloca-se à disposição para liderar esse debate. Propomos a construção, em parceria com o poder público e com a sociedade, de uma política industrial estadual estruturada e permanente, alinhada às missões da Nova Indústria Brasil e desenhada a partir das nossas próprias vocações.

O tempo de agir é agora. A janela de oportunidade aberta pela política industrial nacional não permanecerá indefinidamente disponível, e a transição tributária impõe um cronograma ao qual precisamos responder com seriedade e antecedência. O Tocantins tem tudo para somar, à sua reconhecida força no agronegócio, a pujança de um parque industrial moderno, diversificado e competitivo. O que se exige de nós, agora, é decisão compartilhada, planejamento de longo prazo e disposição para construir, hoje, o estado que queremos ser amanhã. A indústria tocantinense está pronta para fazer a sua parte, e a FIETO está pronta para ajudar a liderar esse caminho.

Palmas/TO, 26 de outubro, de 2026.

**Júlia Moreira Vieira**
**Assessora de Defesa da Indústria – Fieto**